

## **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para o quê?**

Valéria Rocha  
Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH  
[valeria.geografa@hotmail.com](mailto:valeria.geografa@hotmail.com)

Letícia Carolina Teixeira Pádua  
Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH  
[lteixeira@acad.unibh.br](mailto:lteixeira@acad.unibh.br)

Sabrina Fernandes Meira  
Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH  
[sabrinafernandesmeira@hotmail.com](mailto:sabrinafernandesmeira@hotmail.com)

Gabriela Oliveira Rosário  
Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH  
[bielarosario@yahoo.com.br](mailto:bielarosario@yahoo.com.br)

### **Resumo**

A Geografia é, por excelência, uma ciência do espaço. Entretanto, para além das questões estritamente espaciais, a Geografia é a ciência das sociedades, dos Estados, das pessoas e, especialmente, de suas relações. Nesta perspectiva, a Geografia assume posturas políticas e, principalmente, usos políticos ao longo de sua história e evolução do pensamento, entretanto, pouco se discute sobre estas relações no contexto do ensino de Geografia, tanto para crianças, quanto adolescentes, jovens ou mesmo adultos no ensino superior. Devemos nos perguntar: por que aprendi determinado tema desta forma? Qual era o contexto nacional e mundial do período em que aprendi tais conceitos? Como a ordem internacional influenciou nos meus estudos? Ora, o ensino de Geografia não está, e não poderia estar, dissociado de sua epistemologia, entretanto, alunos – tanto de ensino básico como estudantes de geografia – foram e são submetidos constantemente à “visões” de Geografia, sem que tenham tido tempo ou possibilidade de conhecer as várias outras vertentes, de refletir acerca delas, ou mesmo de optar por sua própria postura e posicionamento, naquilo que, na sua formação de cidadão crítico (se assim fossem), levaria aos maiores benefícios sociais. Sendo assim, este trabalho propõe-se a realizar uma reflexão no sentido de compreender como o complexo momento da guerra fria, quando foram instaladas ditaduras por toda a América Latina, influenciou no ensino de Geografia e, por conseguinte, no conceito de Geografia que se formou na população em geral e no próprio geógrafo. Para Lacoste (1988), a geografia serve também para fazer guerra. Diante dessa ameaça, algumas questões geopolíticas, espaciais e didáticas trabalhadas na geografia foram extraídas, e o conteúdo a ser aplicado, bem como a elaboração dos materiais didáticos, sofria supervisões rigorosas, evitando colocar em xeque a supremacia dos regimes ditatoriais. As questões e os debates políticos foram suprimidos, proibidos e perseguidos da abordagem geográfica, o que acarreta, até os dias atuais, em severas consequências no que tange as habilidades espaciais, as reflexões sociais e a contribuição da geografia para um mundo mais justo. A importância da geografia como fator chave nas questões estratégicas e políticas, propõe-se uma reflexão sobre os déficits de certos aspectos político-geográficos sofridos na educação. As disciplinas de História e Geografia tiveram seus conteúdos despolitizados e esvaziados pelos Estudos Sociais. Uma das maiores preocupações

de Lacoste (1988) consistia na alienação espacial das pessoas e na falta de discussões epistemológicas dentro da geografia. Neste período a geografia deixa de ser trabalhada como formadora de cidadãos críticos e ganha caráter enciclopédico, propondo a formação de cidadãos obedientes ao sistema. Sendo assim, através de levantamento bibliográfico, baseado, especialmente nas duras críticas de Lacoste (1988) acerca de como a política afeta o ensino (embora é claro, em sua obra Lacoste se refira a um outro momento histórico, pensamos que aqui seja pertinente o uso de seus fundamentos transpostos para uma outra realidade histórica, dada a grande atualidade de sua obra) de material histórico sobre o ensino de geografia na América Latina, no já referido período da Guerra Fria e, contatos e entrevistas com professores e alunos de geografia, pretende-se contribuir não apenas para a reflexão acerca de um momento do passado de nossa ciência, mas principalmente, pensar sobre as conseqüências destes momentos nos dias atuais, e sobre as possíveis alternativas e novas vias de pensamento para que, no futuro, a geografia sirva, em primeiro lugar, para buscar a paz.

### **Eixo Temático: 3.Educação e ensino da Geografia**

#### **Introdução**

Ao longo dos séculos a geografia passou por grandes e importantes transformações, certamente acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e objetivando suprir os anseios desta ciência. É possível perceber que, cada momento histórico vivido pela sociedade, cada paradigma filosófico que se cria através da reflexão da evolução social, contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento desta ciência, procurando estabelecer novas explicações e parâmetros para compreender a sociedade e suas relações, também mutantes.

Ora, devemos considerar que, a própria formação destes paradigmas filosóficos está intimamente intrincada com o momento histórico-político que, por sua vez, influi diretamente nas características das relações sociais que, conseqüentemente, permeia o pensamento científico.

Sendo assim, o principal foco de estudo deste trabalho é a tentativa de compreender como o momento histórico da guerra fria, marcada pela instalação de ditaduras militares por toda a América Latina, influenciou nos paradigmas adotados pela Geografia e, conseqüentemente, no ensino de geografia, tendo como objetivo principal a análise do caso brasileiro. Este período coincide ainda com a consolidação do capitalismo global, da inserção do terceiro mundo nas relações de mercado, no desenvolvimento tecnológico que permite e incita o início das discussões acerca da pós-modernidade e da compressão espaço-tempo.

Os geógrafos conhecem as diferentes etapas do pensamento geográfico e sua importância para a evolução desta. Entretanto, embora notavelmente estas situações histórico-ideológicas permeiem as publicações e o pensamento - especialmente no caso de ditaduras em que a livre expressão é limitada pela censura - pouco se pensa a respeito dos efeitos destas para a geografia escolar. Com isso o cidadão, que teve sua educação formalmente constituída sob estes parâmetros, cria uma visão limitada a respeito da Geografia, refletindo inclusive no conceito e visão do que essa ciência é, o uso que se faz dela e suas potencialidades.

Portanto, este trabalho propõe-se a realizar uma reflexão no sentido de compreender como o complexo momento da guerra fria, quando foram instaladas ditaduras por toda a América

Latina, influenciou no ensino de Geografia e, por conseguinte, no conceito de Geografia que se formou na população em geral e no próprio geógrafo. Diante da ameaça de que a geografia serve também para fazer guerra, algumas questões geopolíticas, espaciais e didáticas trabalhadas na geografia foram extraídas, e o conteúdo a ser aplicado, bem como a elaboração dos materiais didáticos, sofriam supervisões rigorosas, evitando colocar em xeque a supremacia dos regimes ditatoriais. As questões e os debates políticos foram suprimidos, proibidos e perseguidos da abordagem geográfica, o que acarreta, até os dias atuais, em severas consequências no que tange as habilidades espaciais, as reflexões sociais e a contribuição da geografia para um mundo mais justo. Devido à importância da geografia como fator chave nas questões estratégicas e políticas, propõe-se uma reflexão sobre os déficits de certos aspectos político-geográficos sofridos na educação.

### **A Educação e a Geografia no Período da Ditadura Militar Brasileira**

Entender a Geografia de hoje, em sua função social, política e crítica, passa, necessariamente, pela compreensão da função histórica por ela cumprida, aqui, particularmente no momento em que o país sofre um processo de modernização conservadora: o período da ditadura militar.

Os governos militares, reconhecidamente de direita, podem ser compreendidos em sua concepção através das palavras de Bobbio (1995, p.80), quando o autor tenta explicitar a distinção entre direita e esquerda:

a alma da direita pode ser expressa sinteticamente no mote: "Nada fora e contra a tradição, tudo na e pela tradição". Confrancesco indica seis destes significados: "tradição" como arquétipo, como elevação ideal de uma época axial ou decisiva, na história da humanidade, como fidelidade à nação, como memória histórica, como comunidade de destino e, enfim, como consciência da complexidade do real (...) este ponto de vista, o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição

Sendo assim, são fundamentais e recorrentes algumas características básicas assumidas por quaisquer formas de governo que venham a assumir as extremidades políticas (seja da direita, seja da esquerda): o militarismo, o laicismo, o individualismo, o progresso técnico, o nacionalismo e o recurso à violência (BOBBIO, 1995). Este regime foi implantado em vários países da América Latina, como Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. O período é marcado pelo autoritarismo e a ocorrência de diversas repressões militares.

Sobretudo no Brasil, parte deste período caracterizou-se pela profunda e severa repressão à liberdade de pensamento, ao debate de idéias, às liberdades individuais, expressão, dentre outros, fundamentada principalmente no Ato Institucional nº. 5 (AI-5)<sup>1</sup>, fazendo com que seja conhecido na historiografia como "os anos de chumbo". Neste período, a educação visava à formação de indivíduos adequados à nova ordem social.

O Estado mudou a sua forma de intervenção sobre todas as instituições, inclusive na área educacional e principalmente no modelo de ensino de geografia que pôs os alunos em

---

<sup>1</sup> O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, atribuiu ao Executivo o poder, entre outros, de fechar o Congresso Nacional, de cassar os mandatos eleitorais, de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, de suspender o direito de habeas corpus no caso dos crimes contra a Segurança Nacional.

condições de espectadores no processo vigente e não como sujeito pensante e crítico do mesmo.

O governo divulgava que havia um projeto de “Integração Nacional” e desenvolvimento do país, além disso, a sociedade civil, nos seus diversos aspectos, era reorganizada visando atender os interesses do regime militar, onde uma de suas maiores funções era criar estratégias buscando interferir e atuar nos valores individuais de modo a garantir a legitimidade da ditadura. Neste sentido, diversas instituições, grupos e indivíduos eram constantemente controlados ou manipulados pelo regime.

O ensino de Geografia passou a ser um dos maiores instrumentos de manipulação. O papel que a Geopolítica pode exercer nos processos de tomada de consciência e dominação dos povos foi bastante utilizada e amplamente compreendida pelos líderes ditadores com o objetivo, principalmente nas escolas, de limitar o conhecimento, moldar o comportamento e convencer a população acerca dos benefícios do Regime Militar.

Uma das maiores preocupações de Lacoste (1988) consistia na alienação espacial das pessoas e na falta de discussões epistemológicas dentro da geografia. No período ditatorial a geografia deixa de ser trabalhada como formadora de cidadãos críticos e ganha caráter enciclopédico, propondo a formação de cidadãos obedientes ao sistema.

Lacoste não era o único a se preocupar com esse tipo de manipulação através da Geografia. A Alemanha Nazista distorcia os ensinamentos de Geografia reclamando ser vítima da perseguição de seus inimigos, na tentativa de justificar seus ataques. Mannheim (1972) percebeu a eficácia da coordenação das técnicas de manipulação usadas na Alemanha Nazista, principalmente, para produzir de modo generalizado, um tipo de conduta e consciência. Em contrapartida, percebeu a ineficácia dos países democráticos em levar os indivíduos a agirem conforme os ideais professados. Para ele, o governo Ditatorial mais cedo ou mais tarde tende ao fracasso, pois com o tempo a população acaba por perceber que não existe uma relação social com a população e sim uma relação de domínio e poder por meio da coerção. Deste modo, Mannheim propõe que as relações humanas deveriam ser pautadas pela disposição das pessoas para a cooperação e não para a dominação.

Entretanto, no Brasil, a Geopolítica foi extraída dos conteúdos didáticos, contrariando as pregações de Houshoffer<sup>2</sup> (1986), que defendia que essa disciplina deveria ser incluída nas escolas desde os primeiros anos. A década de 70, período de plena vigência do regime ditatorial, revela-se num palco de possibilidades de estudo dessa perspectiva por ser mais facilmente perceptível a imposição deste Estado centralizador na educação, como, por exemplo, a institucionalização da censura, redirecionando conteúdos, manipulando assuntos, temas e materiais trabalhados.

De acordo com Fagundes (1975), a violência física e institucional alcançou níveis extremos neste governo tornando, sistemáticas, certas práticas repressivas tais como a tortura e o extermínio. Os militares alegavam que se vivia um momento de “guerra interna”, na qual o inimigo a ser derrotado era o questionamento e a oposição ao modelo político-econômico vigente o que, segundo os argumentos difundidos, seria a representação da oposição ao próprio país e a seu desenvolvimento.

Outras práticas coercitivas foram utilizadas pelo regime de exceção, entre elas, a censura, que funcionou como um eficaz instrumento repressivo. Oficializada legalmente em 1967, com a

Lei de Imprensa, adquiriu um caráter cada vez mais violento com o AI-5, atingindo seu apogeu no governo Médici. Através da Lei de Imprensa de 1967, o ministro da Justiça podia determinar a apreensão de qualquer material que contivesse propaganda de guerra, promovesse incitamento à subversão da ordem social e política e ofendesse a moral pública e os bons costumes, sendo que o poder de intimidação foi reforçado com a Lei de Segurança Nacional, na qual o artigo 16 previa a detenção de até um ano para “o jornalista que divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas” (BERGER, 2003. p.58).

Com isso o ensino foi uma das que mais sofreu censura, afinal, a repressão e o modelo tradicional de educação nas escolas favoreciam a formação de cidadãos acríticos e passivos, que funcionavam como repositórios de informações e fatos fragmentados. Afinal o conhecimento era apresentado ao aluno como um conjunto de verdades imutáveis, desvalorizando o saber do aluno e sua realidade. É relevante destacar que este modelo contribuiu para uma concepção também acrítica da sociedade. Esta passa a ser vista como algo pronto e acabado, não sendo possível transformá-la. Deste modo, aceita-se a realidade social passivamente.

Resende (1986) critica o modelo tradicional do ensino da geografia, com dados distanciados da realidade, e afirma que eles são produzidos de forma “panorâmica” ou mesmo “enciclopédica”. Desse modo as pessoas não se viam como agentes capazes de modificar a realidade que lhes eram imposta.

Outro fator que contribuiu para que a Geografia fosse vista de maneira superficial e singular, está relacionado ao fato de que no período da Ditadura buscava-se a formação de mão-de-obra especializada para atender à indústria recém-instalada, mantendo nas redes de ensino a chamada “Educação Tecnicista”.

De acordo com Fonseca (2005), a intervenção do Estado na educação não se inicia no período da ditadura militar, ao contrário, já estava presente em momentos anteriores, como se pode perceber a partir de 1930. Neste período o Brasil se encontrava incluído no processo de expansão capitalista, no qual o setor agro-exportador passou a dividir o poder com novos setores ligados ao processo de industrialização de substituição de importações. Esta intervenção vem a se intensificar de maneira aguda e ordenadamente com a implantação do regime militar.

Essa educação tinha como base tornar o processo educativo mais “eficiente” e menos científico, no qual sua ideologia era promover a racionalização e a mecanização. O ensino das chamadas ciências “humanas” eram consideradas como menores, sendo assim destituídas de sua importância real.

Nesta área, quando o aluno é reprovado, para citar um exemplo, geralmente o fato é atribuído à incompetência do professor ou ao seu exibicionismo. Ao passo que as matérias “técnicas” são consideradas necessárias, exige raciocínio e frente a elas não adianta decorar (RESENDE, 1986, p. 16).

Além disso, considera-se que, para os alunos das classes trabalhadoras é supérfluo o aprendizado das disciplinas “humanas”, pois na vida prática eles não teriam necessidade delas. No período da ditadura, o sistema educacional passou por profundas modificações, no

qual é possível compreender a sociedade elitista existente no Brasil e enraizada até os dias atuais.

Segundo Resende (1986) a qualidade dos livros didáticos têm grande responsabilidade no insucesso do ensino de Geografia, afinal os livros de linguagem dita “acessível” tratam os alunos quase sempre como incapazes, impedindo-os de raciocinar, analisar, interpretar, criticar. É relevante destacar a postura do professor, seja ela imposta ou não, como um dos fatores fundamentais no processo de reprodução de um saber orientado por interesses políticos e sociais. Afinal a prática discursiva como um instrumento de controle grupal, ocorridas em sala de aula, ela própria é controlada pelo professor e está submetida a regras institucionais. Assim, a constante utilização de aulas expositivas impõe ao aluno a passividade intelectual, sendo pouco capaz de relacionar, analisar e desenvolver conclusões, tornando-os facilmente manipulável.

Desta forma, a Geografia adequava-se aos interesses do Estado ao apresentar a sociedade de forma hierarquizada e como sendo conduzida de cima para baixo, onde a ordem seria o objetivo máximo a ser alcançado pelos cidadãos. Como o modelo de educação pretendido pelo Estado inviabilizava ao indivíduo pensar e analisar criticamente os fatos da realidade na qual ele estava inserido, o mesmo não teria condições de questionar a ordem em vigor. Assim, o redirecionamento do ensino de Geografia teve conotações políticas.

Dentro desse modelo tradicional surgem duas disciplinas que devemos chamar atenção, referem-se à “Educação Moral e Cívica” e aos “Estudos Sociais”. A primeira tem como principal função criar nos alunos valores como: obediência; passividade; ordem; fé; “liberdade com responsabilidade” e, principalmente, patriotismo. Tais valores faziam parte dos conteúdos presentes nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica que tinha como principal objetivo moldar o comportamento dos alunos de modo a contribuir com a manutenção do regime. A segunda trata-se da junção da Geografia e da História, formando uma única disciplina: Os Estudos Sociais, no qual tanto os ensinamentos de História e principalmente os de Geografia tinham seus conteúdos esvaziados e despolitizados.

Segundo Rezende (1986), a Geografia é ensinada junto com História a título de “Estudos Sociais”. O programa inicia-se com “o homem e a conquista do espaço vivido”, e passa bruscamente para um “espaço” de informação distante; longínquo; que inclui até mesmo noções cosmológicas dificilmente assimiláveis pelo aluno. Acresce ainda a insuficiência da carga horária para o cumprimento do programa oficial, uma vez que os livros didáticos, em geral, o seguem rigidamente obrigando o professor a terrível ginástica dentro do tempo disponível.

Mas não é somente nas escolas de nível fundamental e médio que se tem uma defasagem no ensino da Geografia. As licenciaturas de curta duração em Estudos Sociais, a ênfase maior posta pela Universidade na formação do Geógrafo-Pesquisador em detrimento do “aluno normal” que vai para a vala comum do magistério de 1º grau, bem como um ensino universitário “teórico”, “doutrinado”, distante das contradições e misérias da prática, tudo isso tem igualmente graves repercussões.

Deste modo, a ditadura militar foi grande responsável por tornar a Geografia numa disciplina em que os alunos não se identificam e, conseqüentemente o desinteresse é inevitável, fazendo com que até hoje a Geografia é vista, por muitos, com indiferença e relevância menor.

## **Para que serve a Geografia?**

De acordo com as críticas de Yves Lacoste (1988), a Geografia sequer precisa ser compreendida, basta apenas ser decorada. Sua função é apresentar aos alunos informações inúmeras tais como: clima, relevo, população, vegetação, agricultura, dentre outros. Essa demanda é, geralmente, precedida por angústias, dúvidas e frustrações que cada professor nutre sobre seu próprio trabalho.

Atualmente vivemos na era tecnológica, no qual todas essas informações são veiculadas via internet de acesso fácil e imediato, com constantes atualizações. Nesse sentido qual seria a real necessidade de estudar esse tipo de disciplina nas escolas?

Embora retratemos aqui uma fase do ensino pós Guerra Fria, sabemos que a geografia passou e passa por constantes debates no que tange à sua relevância científica em diversos níveis, em especial, nas esferas governamentais ao longo da história. Muito se questionou se ela realmente pode ser considerada como ciência, uma vez que seus conteúdos, de acordo com Lacoste (1988), são “emprestados” de ciências como: cartografia, geologia, pedologia, economia política. Com isso, ela sofre sucessivas propostas de liquidação, pois é constantemente considerada como ultrapassada e desnecessária.

Embora Lacoste (1988) faça duras críticas acerca de como essa disciplina é aplicada nas escolas, para ele a Geografia tem sido utilizada, em princípio, como um conhecimento para fazer guerra, mas não somente no que implica na condução de operações militares e sim na organização dos territórios, para melhor controlar os homens sob o qual o Estado exerce seu poder. O autor afirma ainda que, nestes momentos, a discussão em torno da validade da Geografia como ciência, toma importância menor e ela passa a se tornar um saber estratégico e conseqüentemente uma aliada fundamental na tomada e /ou manutenção do poder. Sob essa perspectiva, é que seu ensino foi empobrecido no período da ditadura militar, afinal tal conhecimento deveria ficar restrito aos homens do Estado.

Essa articulação do poder mediante o conhecimento geográfico pode ser observado também através da Antropogeografia de Friedrich Ratzel e da Geopolítica de Haushoffer (1986), dentre vários outros teóricos que contribuíram para a implantação da Política na Geografia, estabelecendo assim a chamada “Geopolítica”.

Embora Haushoffer (1986) acredite que a geopolítica precisa ser estudada desde os primeiros anos nas escolas, ele defende que esta deveria ser mais aprofundada para os homens de Estado e os diplomatas, no caso a geopolítica com fundamento teórico e científico. Sob esse prisma, se a geografia serve para fazer guerra, suas questões políticas e ideológicas não podem ser descartadas, elas devem, de antemão, serem analisadas e apresentadas não somente aos homens de Estado e aos diplomatas, mas também a todos os alunos desde o ensino fundamental e principalmente aos de nível superior.

Observa-se na obra de Lacoste (1988), os questionamentos que se desenvolvem sobre a função da Geografia, para quê ela serve, quais os objetivos das aulas de Geografia e se ela apresenta um papel social. São essas idéias, em complemento com a visão Lacostiana do papel político e estratégico da Geografia que conferem rumo à sua obra. É possível acompanhar, ainda, o tom crítico utilizado sobre a Geografia Escolar, principalmente a discussão da Geografia enquanto saber político-estratégico e detentora de poder, e não como um saber sem utilidade. Para tanto ele alerta que:

é importante hoje, mais do nunca, estar atento a esta função política e militar da geografia, que é sua desde o início. Nos dias atuais, ela se amplia e apresenta novas formas, por força não só do desenvolvimento dos meios tecnológicos de destruição e de informação, como também em função dos progressos do conhecimento científico (LACOSTE,1988, p. 30).

Para Lacoste (1988), desde o fim do século XIX, existem duas geografias: a geografia dos Estados-maiores e a geografia dos professores. A primeira trata-se de um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referente ao espaço. Tal saber é dotado apenas pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder. A segunda trata-se de um discurso ideológico no qual uma das funções inconscientes, é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço.

Não somente essa geografia dos professores é extirpada de práticas políticas e militares como de decisões econômicas (pois os professores nisso não têm participação), mas ela dissimula, aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais (LACOSTE,1988, p. 31).

Mas ele não é o único a questionar para que serve a Geografia, tal observação é também compartilhada nos trabalhos de Resende (1986), cuja pesquisa tinha como principal função responder aos questionamentos: o que é Geografia? Para que serve?

O objetivo central de seu trabalho era de confrontar a percepção empírica com a capacidade conceitual de seus alunos que através de duas simples perguntas, Resende obteve as mais variadas respostas a respeito da função da Geografia.

Quanto a questão: o que é Geografia, a maioria dos alunos respondeu que ela é o estudo físico da natureza, o que a torna desinteressante, pois sua função se resume em estudar (e nomear) os relevos, os rios, a vegetação. Outros responderam que era o estudo do cosmo, e também de latitudes, longitudes e fusos horários. Outros ainda afirmaram que a Geografia é o estudo das paisagens do Brasil e do mundo. Apenas dois alunos responderam que a Geografia é o estudo do espaço, porém ocupado e transformado pelo homem.

Já em resposta da questão: Para que serve a Geografia, a maioria respondeu que ela serve apenas para estudar os relevos, os rios, a vegetação, etc. Com efeito, através desta pesquisa, Resende (1986) conclui que a Geografia trabalhada em sala de aula tem se eximido de grandes responsabilidades acerca de sua relação social e sua função política.

A Geografia foi tão corrompida no período da ditadura que até nos dias atuais ela tem dificuldades de retomar sua função política e social, essa mediação dialética homem/ espaço e sua relação com o meio. Esse modelo está tão enraizado nos ensinamentos de Geografia, que ela praticamente perdeu seu conceito crítico, sua visão transformadora, sua função política. Além disso, devemos lembrar que os efeitos da educação em um dado período são, se não permanentes, no mínimo duradouros.

Se o período militar durou cerca de 21 anos no Brasil, as pessoas formadas com este pensamento, nestes parâmetros serão, por exemplo, professores de Geografia durante, pelo menos, mais 25 anos. Naturalmente, passarão aos seus estudantes as convicções ideológicas e políticas (ou a falta delas) que aprenderam durante seu processo de formação. Estes estudantes por sua vez, embora não tenham recebido educação formal durante o período do regime, acabam por receber esta carga ideológica que, em círculo vicioso, tende, no mínimo, a levar algumas gerações até se dissipar.



## Considerações Finais

O período da ditadura parece ser hoje apenas um momento histórico. Entretanto esse período foi tão marcante, que nos deixou como legado a falta de manifestação acerca das imposições do Governo. Será que realmente nos tornamos uma sociedade democrática, pensante, participativa, ou ainda continuamos a nos submeter? Hoje a geografia, assim como sempre foi, continua a ser utilizada pelos homens de poder, para fazer guerra. Mas até quando?

O que mudou na sociedade, passados alguns anos da instalação da ditadura militar brasileira? Vivemos hoje muitos dos dilemas enfrentados durante os anos de chumbo. A análise das políticas na disciplina de geografia nas escolas brasileiras deixa claro que os questionamentos acerca da qualidade do ensino nos sistemas públicos talvez não seja fruto de algum equívoco ou distorção, mas de um política deliberadamente criada no intuito de atender às demandas do grande capital.

O Brasil de hoje enfrenta uma grave situação social, com o desaparecimento de postos de trabalho, o empobrecimento da população e uma inserção subordinada ao sistema capitalista mundial. Seguindo esse compasso, a educação apresenta as mesmas distorções verificadas na sociedade e contribui para sua manutenção. O projeto educacional implementado durante a ditadura, assim como seu projeto global de desenvolvimento, teve papel decisivo no processo de exclusão social, cujos resultados colhemos na atualidade.

As instituições escolares deviam desenvolver funções sociais inovadoras para preparar a percepção, a inteligência criadora e a capacidade de ação do homem para um universo social que requer um complexo horizonte, no qual a racionalização crescente da imaginação, do pensamento e do comportamento deixe como herança para uma nova ordem, cidadãos críticos, que questionam o sistema e que vão à luta em busca de um ideal.

A geografia poderia contribuir para o despertar desses ideais. Ela deixaria de ser vista como uma disciplina sem fundamento e acessória e poderia passar a ter reconhecimento como uma das principais disciplinas escolares melhor capacitada para colaborar na formação de cidadãos críticos.

As ditaduras implementadas no continente não foram, em momento algum, eficientes no trato dos principais problemas que assolam a América Latina. As desigualdades sociais, a concentração de renda e a exclusão social e política foram potencializadas pelos governos ditatoriais.

A reforma educacional que passou a ser implementada a partir da década de 90 nos países latino-americanos tem sido objeto de muitas reflexões, que vêm enfatizando suas características neoliberais, refletindo a lógica assumida pelos governantes neste novo dimensionamento do capital. Neste sentido, o estado vai se eximindo das responsabilidades de investimentos diretos na área social e abre à iniciativa privada as possibilidades de investimentos subvencionados direta ou indiretamente.

As características que hoje estão presentes na educação também foram conformadas pelo tipo de desenvolvimento histórico que o país conheceu. Entretanto a geografia apresentada nas escolas não pode estar dissociada de sua análise crítica e política, mesmo que não logre explicitar em todos os momentos a sua lógica profunda, este saber jamais negligencia a divisão social do espaço. Logo é preciso ensinar aos alunos uma Geografia científica que

conhece e legitima sua estratégia política, pois através disso pretende-se contribuir não apenas para a reflexão acerca de um momento do passado de nossa ciência, mas principalmente, pensar sobre as conseqüências destes momentos nos dias atuais, e sobre as possíveis alternativas e novas vias de pensamento para que, no futuro, a geografia sirva, em primeiro lugar, para buscar a paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Christa. **Imprensa, poder e contestação: ontem e hoje**. Como será o amanhã? In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). 1968: contestação e utopia. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & liberdade de expressão**. 2º ed. Edital, São Paulo, 1975.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **O ensino de história do Brasil: Concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980)**. In: CERRI, Luis Fernando (org.). O ensino de história e a ditadura militar. Editora: Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2005.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. Editora Ática, São Paulo, 1992.

HAUSHOFER, Karl. **De la Géopolitique**. Paris, Fayard (Série "Géopolitique et Stratégies"), Traduit de l'allemand par A. Meyer, 1986. p. 97-112.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra**. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papirus, 1988.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, Poder e Planejamento Democrático**. Editora Mestre Jou, São Paulo, 1972.

RESENDE, Márcia Spyer. **A Geografia do aluno trabalhador – caminhos para uma prática de ensino**. Coleção Educação Popular nº 5. Edições Loyola, São Paulo, 1986.